



Brasília, 30 de julho de 2014.

**Plantão:** Almiram, Rildo e Sônia Baldez.

**DN em Bsb:** Paulo Henrique, Rolando e Rogério.

**Errata ID JUL-05, Onde se lê Pelo MNNP, leia-se Reunião CIST-CNS:** Valéria.

## INFORME NACIONAL

### PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA - CONVOCATÓRIA

A DN-FASUBRA convoca suas entidades filiadas para a próxima Plenária Nacional, a realizar-se nos dias **15, 16 e 17** de agosto, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI (Conjunto A - Edifício Sede CNTI - Via W3 Norte - Asa Norte, Brasília - DF),  
**Telefone:** (61) 3448-9900, com a seguinte pauta e programação:

#### Pauta:

- Balanço da greve e negociações;
- Convocação do CONFASUBRA;
- Prorrogação de mandato
- Filiações;
- Outros assuntos.

#### Programação

##### ➤ **15 de agosto:**

De 08 às 10h

- Credenciamento.

De 10 às 12h

- Orientações sobre o processo das consignatárias e Registro Sindical.

14h - Debate entre os candidatos à Presidência da República sobre o tema "Propostas para a Educação Superior pública no Brasil"

##### ➤ **16 de agosto:**

9h Informes de Base; Informe da Direção;

Análise de Conjuntura.

##### ➤ **17 de agosto:**

- Análise de Conjuntura;

- Deliberações.

### INFORME DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Após informações de que algumas entidades estão com dificuldades na atualização como consignatárias, o que pode comprometer o repasse de mensalidades para a Federação, orientamos:

- **Observar com muita atenção as explicações das regras antes de enviar os formulários. Mesmo assim, pode haver interpretações equivocadas ou duvidosas, por parte dos analistas do MPOG.**
- **As Coordenações de Organização Sindical e Administração e Finanças se colocam a disposição na semana de 16 a 20 de junho, para auxiliar no que for necessário, na busca de sucesso do processo de cadastramento das entidades filiadas.**
- **Para a elucidação de dúvidas, haverá plantão em Brasília para contato e solução de problemas juntos aos órgãos competentes.**

## **INFORMES DAS REUNIÕES ENTRE FASUBRA E GOVERNO (MEC), PARA TRATAR DA PAUTA DA GREVE, OCORRIDAS EM 24 E 25/07/2014.**

**Presentes:** Pela FASUBRA – Rogério Marzola, Paulo Henrique, Gibran, Rosângela, Fatinha, Vanda e Darci.

**Pelo Governo:** Paulo Speller

Inicialmente foi feita a discussão da ata da reunião anterior. Na sequência passamos ao debate dos itens da pauta tratando dos seguintes temas: EBSEH, Terceirização, Carreira (piso-step) e Creches.

### **EBSEH**

A representação da FASUBRA reforçou o posicionamento contrário à implementação da EBSEH (Empresa de Serviços Hospitalares), ao tempo em que reafirma sua disposição de continuar na luta pela revogação da lei que cria a Empresa. Apresentou na oportunidade, questionamentos em relação à pressão sofrida pelas IFE que não aderiram a EBSEH. Citou, como exemplo, relatos de ameaças de restrições orçamentárias e de contratação de pessoal para os HU e o remanejamento de trabalhadores da área de saúde para o SIAS, que é um órgão do MPOG, desviando assim os trabalhadores para essa atividade que não é exclusiva das IFE, já que o SIAS atende toda a demanda do Serviço Público Federal na região de implantação.

O Secretário Speller reafirmou o posicionamento do governo em relação à EBSEH e garantiu que o MEC não faz pressão para a adesão respeitando a autonomia universitária. Informou que os recursos orçamentários dos HU não foram alterados em decorrência da não adesão e que a reposição, limitada às vagas por aposentadorias e/ou evasões estão sendo feitas sem nenhuma restrição, e que a diferenciação é somente para abertura de novas vagas, que não serão liberadas para os HU. Em relação ao SIAS se comprometeu a apurar a demanda internamente e dar retorno na reunião do dia 25/07.

### **Terceirização**

O governo iniciou sua fala reforçando que não houve alteração na posição do governo em relação à terceirização.

A representação da FASUBRA respondeu que tem convicção de que essa é uma política de Estado e que é uma demanda histórica da categoria que precisa ser discutida com o governo. Denunciou as mazelas da terceirização no interior das Universidades, a incoerência dos gastos, uma vez que é mais que comprovado que esse tipo de contratação onera ainda mais o orçamento das universidades que estão sendo penalizadas subsidiariamente por descumprimento de direitos constitucionais dos trabalhadores no âmbito das IFE.

A representação da Federação apresentou dados contraditórios por dentro do governo como a meta 12 do PNE que estipula ampliar significativamente o acesso ao ensino superior, mas não revê a política de estagnação da força de trabalho nas instituições com abertura de novas vagas, bem como a revisão de cargos terceirizados. Apontou, ainda, que, da mesma forma que o governo não terceiriza áreas que considera estratégicas, citando, como exemplo, a segurança do Banco Central, nas IFE diversas atividades se enquadram nessas especificadas como a segurança e setor de tecnologia da informação, e que produção de pesquisa das IFE é tão importante ou mais que os cofres do Banco Central. A representação da FASUBRA cobrou o cumprimento do que determina o artigo 25 do PCCTAE, que nunca foi cumprido, uma vez que apesar de haver portaria de nomeação da comissão para discutir terceirização e cargos extintos, a comissão nunca foi empossada e/ou convocada.

O MEC alegou que algumas de nossas demandas não são novas para o governo e que estaria disposto a fazer essa discussão. Comprometeu-se a dar cumprimento ao artigo 25 do plano de carreira efetivando a referida comissão e solicitou um estudo da FASUBRA sobre essa política por dentro das IFE.

### **CARREIRA (piso-step)**

Antes do início do tema específico (piso e step) a FASUBRA apresentou a inclusão de mais duas áreas para debate imediato em relação à racionalização, além da área administrativa discutida na reunião anterior, a área de laboratórios e tecnologia da informação. O governo avaliará internamente a possibilidade de inclusão no documento a ser fechado pela mesa de negociação.

Em seguida a representação da FASUBRA fez o histórico da luta por revisão do piso e step e da necessidade do estabelecimento de uma política de revisão anual desses dois importantes elementos da carreira. Por sua vez o governo sugere que esse tema seja incluído, com outros que tratam da revisão da legislação e aperfeiçoamento da carreira pela Comissão Nacional de Supervisão – CNS, para propor o que ele chamou de reavaliação da lei 11091. A FASUBRA argumentou que em seu entendimento esta demanda de revisão de piso/step não é função da CNS, uma vez que não tem autonomia para deliberar. O Secretário então ficou de discutir internamente o encaminhamento a ser dado sobre esse tema. A FASUBRA propôs a criação de dispositivo para revisão da política de piso e step, anualmente, no mês de abril.

### **CRECHES**

Trata-se de uma demanda eminente diante da renovação da base da categoria e da ausência de uma política de creche para os trabalhadores das Universidades. A democratização do acesso a Educação Infantil não garante as vagas para os trabalhadores e o governo não cumpre seu papel constitucional de garantir condições desses trabalhadores agravado para o fato da desatualização do valor da assistência pré-escolar que nas IFE não passa de 90 reais.

A FASUBRA destacou que o governo precisa apresentar uma saída para esse problema prático da falta de assistência aos trabalhadores com filhos em idade pré-escolar, uma obrigação do Estado que está sendo descumprida. O governo entendeu que a demanda precisa de uma resposta que passa talvez pela mesa nacional quando entende que a saída é reajustes dos valores do auxílio pré-escolar.

Finalizado esta etapa do processo, buscou-se fechar um documento da mesa de negociação com especificações dos pontos discutidos com os encaminhamentos individuais de cada demanda. Esse documento será encaminhado ao Ministro da Educação que irá formalizar a resposta do que será implementado até o dia 05/08/14 em uma reunião com a resposta oficial do governo sobre a pauta da categoria.

Cumprindo com a parte que cabia à Federação, foram protocolados os documentos da FASUBRA referentes à negociação, sendo a proposta de alteração da legislação referente a aspectos como o reposicionamento dos aposentados, racionalização de cargos, democratização e abertura de prazos para adesão ao PCCTAE. Em relação à questão do reconhecimento dos cursos de capacitação dos aposentados o governo entende que é possível uma tentativa de construção por orientação normativa e caso não se avance juridicamente dessa forma iriam propor o encaminhamento de alteração da lei.

Foi discutido também sobre a negociação da suspensão da ação de criminalização da greve onde o governo reafirmou a proposta discutida na primeira reunião com a FASUBRA de acordo entre as partes para suspensão da ação. O MEC fez o comprometimento de que tão logo a FASUBRA e SINASEFE definissem a petição da suspensão de marcar uma reunião entre nossas assessorias e o CONJUR do Governo para viabilizar a suspensão judicialmente.

Após a apresentação das propostas protocoladas foram repassados os pontos que carecem de retorno do governo. O cumprimento do artigo 25 da 11091/05 que trata da terceirização e extinção de cargos, além da formalização dos questionamentos da FASUBRA em relação à EBSERH e 30 horas.

Em seguida foi feita a revisão detalhada da pauta de reivindicações protocolada em 17 de fevereiro. A representação da FASUBRA confirmou com o governo que a proposta apresentada através do ofício 56/2014-GAB/SESu/MEC em 14 de março de 2014 já estaria tacitamente aprovada e não carecia de confirmação com o Ministro já que foi formalizada oficialmente com alguns pontos com acordo e encaminhamentos. O Secretário confirmou o entendimento e a partir daí passou-se ao detalhamento ponto a ponto da pauta de negociação para registro dos encaminhamentos aos pontos já acatados no ofício de 14 de março de 2014 e os que ainda aguardam retorno do MEC.

**- Aprimoramento da carreira - piso e step (em base ao acúmulo histórico da categoria já deliberado, o detalhamento será apresentado pela direção nacional às assembleias:**

*A FASUBRA formalizou a proposta de ajustes no piso e no step para a SESu que irá apresentar retorno no dia 05/08 após aval do Ministro da Educação.*

**- Extensão do art. 30 da lei 12772 /12:**

*Acordados com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.*

**- Ascensão funcional**

*Não houve avanço na discussão com o governo.*

**- Cumprimento integral do acordo da greve de 2012, reconhecendo os certificados de capacitação que os aposentados já possuíam quando da constituição da carreira:**

*A FASUBRA apresentou uma proposta a fim de normatizar a questão pelo MEC, ficando a SESu de confirmar com o jurídico a possibilidade desse instrumento para tal correção ou alteração na lei.*

**- Cronograma com resolutividade para a negociação dos relatórios de todos GTs**

*Os relatórios dos GTs já foram encaminhados para a manifestação do MPOG, além disso, a FASUBRA apresentou propostas de alteração da legislação para correção dos cargos consensuados com o governo e alteração da legislação referente. Também foi proposto alteração da lei referente ao reposicionamento dos aposentados, bem como alteração da legislação garantindo a paridade nas eleições institucionais. A representação da FASUBRA cobrou que o governo encaminhasse as alterações em forma de MP para dar mais agilidade ao processo negocial.*

**Reconhecimento dos cursos de mestrados e doutorados fora do país:**

*Acordados com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.*

**- Aproveitamento de disciplinas da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) para pleitear incentivo a capacitação:**

*Acordado com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.*

**- Turnos contínuos, com jornada de trabalho de 30 horas, sem redução salarial para manter a universidade aberta nos três turnos:**

*Não houve acordo em relação à proposta da FASUBRA de que o MEC intervenha diretamente sobre essa negociação, pois o governo ficou de conversar com a ANDIFES sobre o assunto, mas houve o comprometimento de responder oficialmente aos questionamentos da FASUBRA em relação à autonomia universitária para negociações internas da demanda.*

**- Revogação das ONs (Orientações Normativas), que tratam da contagem do tempo especial convertido em tempo comum (insalubridade, periculosidade, penosidade):**

*A FASUBRA apresentou uma proposta a fim de resolver a questão, ficando aguardando uma definição do governo sobre a questão.*

**- Revogação da Lei de criação da EBSERH; Abertura de concurso público pelo RJU e pela aprovação da ADIN:**

*Governo reforçou sua posição em relação à EBSERH, mas se prontificou a formalizar respostas aos questionamentos da FASUBRA sobre financiamento e reposição de vagas nos HU das IFE que não aderiram à Empresa.*

**- Não a perseguição e criminalização da luta! Democratização já:**

*Foi reafirmada a posição do governo de desistência da ação e ficou encaminhada nova reunião com a CONJUR do MEC a fim de acertar um encaminhamento entre as partes de suspensão da ação do STJ.*

**- Liberação de dirigentes sindicais para o exercício de mandato classista:**

*Foi relatada a questão do veto da presidente que segundo o governo é uma discussão mais ampla por dentro do governo. Em relação aos problemas emergenciais das bases da categoria com liberação de dirigentes. A SESu reforçou a disposição de intermediar os conflitos que forem demandados pelas entidades juntamente com os dirigentes das instituições para garantir uma relação política com bom senso entre as partes.*

**- Construção e reestruturação das creches nas universidades para os seus trabalhadores sem municipalização:**

A FASUBRA apresentou a demanda emergente de garantia de educação infantil aos filhos dos trabalhadores (as) das IFE e reforçou a necessidade do governo resolver a questão deste direito que não está sendo garantido. O governo se comprometeu em discutir internamente e retornar com o encaminhamento.

Após esse ponto foi confirmada a reunião no dia 05/08/14 para resposta oficial do governo aos pontos pendentes de discussão interna, bem como a formalização dos encaminhamentos às propostas que já foram acatadas no ofício de 14 de março de 2014.

## NOTÍCIAS

### **Centrais divulgam nota condenando genocídio de Israel na Faixa de Gaza**

*Na nota divulgada para imprensa na última sexta-feira (25), as centrais sindicais afirmam que são "Solidários à luta do povo palestino pela sua autodeterminação e independência, conclamamos à comunidade internacional a adoção de medidas efetivas no sentido de garantir a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para, com base no princípio de dois povos, dois Estados, assegurar uma paz justa e duradoura na região."*

Ainda na nota que é assinada pelos presidentes das centrais, as entidades exigem o "imediato cessar-fogo" e pedem a "retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma, inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil."

*Leia abaixo a íntegra da nota:*

#### **Nota oficial das centrais sindicais**

*O mundo assiste, aterrorizado, mais uma onda de violência perpetrada pelo Estado de Israel contra a população palestina da Faixa de Gaza. Os bombardeios e a invasão terrestre pelas forças armadas de Israel já resultaram em centenas de mortes civis – fundamentalmente crianças e mulheres indefesas – e a destruição da já precária infraestrutura urbana de Gaza, onde vivem mais de 1,7 milhão de palestinos.*

*Fica cada dia mais evidente que a ação do Estado de Israel visa, antes de tudo, inviabilizar a unidade nacional e a construção do Estado da Palestina, reivindicação apoiada pela esmagadora maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas e pelas forças democráticas e amantes da paz de todo o mundo.*

*Frente aos horrores ocasionados pela ofensiva israelense, as centrais sindicais brasileiras que assinam a presente nota condenam duramente mais esta agressão contra o povo palestino, e exigem um imediato cessar-fogo e a retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma, inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil.*

*Solidários à luta do povo palestino pela sua autodeterminação e independência, conclamamos à comunidade internacional a adoção de medidas efetivas no sentido de garantir a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para, com base no princípio de dois povos, dois Estados, assegurar uma paz justa e duradoura na região.*

#### **Vagner Freitas**

*Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)*

#### **Miguel Torres**

*Presidente da Força Sindical*

#### **Ricardo Patah**

*Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)*

#### **Adilson Araújo**

*Presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)*

#### **José Calixto Ramos**

*Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)*

# CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

## 2014

### AGOSTO

5	Reunião FASUBRA/MEC
6 e 7	Reunião Ordinária CNS
7	Reuniões com as Comissões FNE e FEE (manhã); Reuniões do Pleno (tarde)
8	Encontro do FNE com os Coordenadores dos FEE
12 e 14	Reunião da DN
15 a 17	Plenária Nacional Estatutária
20 e 21	147ª. RO - CIRH

### SETEMBRO

08 a 13	XXIII Seminário Nacional de Segurança das IPES - UFRN
10 e 11	Reunião Ordinária CNS
24 e 25	148ª. RO - CIRH

### OUTUBRO

8 e 9	Reunião Ordinária CNS
22 e 23	149ª. RO - CIRH

### NOVEMBRO

5 e 6	Reunião Ordinária CNS
19 a 23	CONAE
26 e 27	150ª. RO - CIRH

### DEZEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
11 e 12	1º dia da CIRH concomitante com 2º dia do pleno do CNS.

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso 1 – Bloco C – Sala C.1-56/2 – CEP 70.904-970 – Cx. Postal 04539 –  
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte - Brasília –DF  
Fones: +55 (61) 3349-9151 – FAX: +55 (61) 3349-1571  
E-mail: fasubra@fasubra.org.br Portal: www.fasubra.org.br

